



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Formação Profissional do/a
Assistente Social**

**O enfrentamento das violências moral e psicológica contra
crianças e adolescentes: percepções a partir do Estágio
Supervisionado em Serviço Social no Núcleo Promocional
Pequeno Anjo em Ponta Grossa/Paraná durante o ano de 2025**

Virgínia Salamucha Carneiro ¹
Gabriele Petroski Machado ²

Resumo: O artigo problematiza a naturalização das violências moral e psicológica contra crianças e adolescentes no contexto do acolhimento institucional, considerando as transformações históricas da concepção da infância e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Objetiva relatar a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Núcleo Promocional Pequeno Anjo, por meio do projeto de intervenção “Para Além de Simples Palavras”. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter documental, bibliográfico e exploratório, articulada ao relato de experiência. Os resultados evidenciam que a intervenção profissional sistematizada fortalece a identificação, o enfrentamento e a prevenção dessas violências, consolidando práticas efetivas.

Palavras-chave: Violências moral e psicológica; Acolhimento institucional; Estágio supervisionado; Serviço Social.

Abstract: The article examines the naturalization of moral and psychological violence against children and adolescents within the context of institutional care, considering the historical transformations of childhood and the principles established by the Child and Adolescent Statute (1990). It aims to report the experience of a Supervised Internship in Social Work at Núcleo Promocional Pequeno Anjo, developed through the intervention project “Beyond Simple Words”. This is a qualitative study, based on documentary and bibliographical research, combined with an exploratory approach and an experience report. The findings indicate that systematic professional intervention strengthens the identification, prevention, and confrontation of such forms of violence, consolidating effective practices.

Keywords: Moral and psychological violence; Institutional care; Supervised internship; Social Work.

¹ Graduanda em Serviço Social, UEPG. E-mail: virginiasalamucha@gmail.com

² Docente, UEPG, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: gpetroskimachado@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o entendimento acerca da existência de crianças e adolescentes passaram por alterações ao longo da história. Dado que a infância e a adolescência não eram reconhecidas como fases específicas do desenvolvimento humano, onde tais indivíduos eram vistos enquanto “adultos em miniatura”, inseridos precocemente nas dinâmicas produtivas e submetidos às mesmas normas e responsabilidades dos adultos. Isso posto, apenas a partir da modernidade consolidou-se a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos em condição peculiar de evolução, que demandam proteção, cuidado e a devida garantia de direitos.

No contexto brasileiro, essa mudança paradigmática materializa-se com a promulgação do *ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente*, a partir da Lei nº 8.069/1990, que institui a doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças - com até doze anos incompletos - e adolescentes - entre doze anos completos e dezoito anos - como sujeitos de direitos, destinatários de prioridade absoluta e responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado (Brasil, 1990). Tal marco legal rompe com a perspectiva menorista anteriormente vigente, ao substituir a lógica tutelar e repressiva por uma concepção fundada na garantia de direitos e na promoção da cidadania, alinhando-se aos princípios previstos na Constituição Federal de 1988.

No âmbito do Serviço Social, a violência é compreendida como um fenômeno estrutural e relacional, que se manifesta por meio de ações ou omissões capazes de produzir dano físico, psicológico, moral ou simbólico aos envolvidos, incluindo crianças e adolescentes. A *OMS - Organização Mundial da Saúde* (2002) define a violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, outra pessoa ou grupo, que resulte ou tenha grande probabilidade de ocasionar lesão, morte, dano psicológico, prejuízo ao desenvolvimento ou privação. Já a autora Chauí (2003) compreende a violência como determinada relação de força que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas, naturalizando processos de dominação e silenciamento.

Ao analisar a violência que incide sobre crianças e adolescentes, é fundamental compreendê-la não apenas como evento isolado ou comportamento individual desviante, mas como expressão das contradições estruturais da sociedade. O *ECA* dispõe sobre um conjunto de medidas protetivas a serem aplicadas sempre que tais forem ameaçados ou violados. Entre essas medidas, previstas no art. 101, destacam-se o “encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade, a orientação, apoio e acompanhamento temporários, a inclusão em programas oficiais de proteção e, em situações de maior gravidade, o acolhimento institucional ou familiar” (Brasil, 1990). A retirada do ambiente intrafamiliar configura-se, portanto, como medida excepcional e provisória, adotada quando esgotadas as possibilidades de permanência segura no núcleo de origem (Brasil, 1990).

Nessa perspectiva, o Núcleo Promocional Pequeno Anjo, situado no município de Ponta Grossa/Paraná, é uma instituição que atua a partir da modalidade casa-lar para crianças e adolescentes, em específico, orienta-se a partir da *PSE - Proteção Social Especial*. Seu foco é nas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência



de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos (Brasil, 2009). Sua especificidade é a Alta Complexidade, que garante proteção integral, isto é, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça (Brasil, 2009).

O artigo em questão tem como objetivo relatar a experiência do estágio supervisionado em Serviço Social, dentro da localidade mencionada, através do projeto de intervenção *“Para Além de Simples Palavras: Ações de Enfrentamento às Expressões de Violência Moral e Psicológica na Infância”*. Sua metodologia científica foi fundamentada com pesquisa de cunho documental, bibliográfico e exploratório, originando como principal resultado a identificação da relevância da intervenção profissional sistematizada do/a Assistente Social no reconhecimento, enfrentamento e visibilização da violência. A estrutura textual é construída por cinco segmentos que caracterizam os aspectos institucionais voltados ao estágio supervisionado, concepções teóricas acerca da violência moral e psicológica e a exposição detalhada do relato de experiência, bem como tal introdução e considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A importância do Estágio Supervisionado em Serviço Social

O estágio supervisionado em Serviço Social integra o projeto político-pedagógico do curso, constituindo-se como componente curricular obrigatório, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS - *Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* (1996) e a Resolução nº 533/2008 do CFESS - *Conselho Federal de Serviço Social*, que dispõe especificamente sobre a supervisão direta de estágio. Nos termos do §1º do art. 4º da referida Resolução, a supervisão é entendida como a “conjugação entre a atividade de aprendizagem desenvolvida pelo/a estudante no campo de estágio, acompanhada diretamente pelo/a supervisor/a de campo, e o processo de orientação e avaliação realizado pelo/a supervisor/a vinculado/a à instituição de ensino”, configurando-se, portanto, como espaço articulado de formação teórico-prática. Nesse sentido:

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do/a professor/a supervisor/a no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades práticas institucionais da/o estudante pelo/a Assistente Social, nos campos de estágio (PNE/ABEPSS, 2009, p.19).

Contudo, essa ação não se limita à mera transmissão de conteúdos, na medida em que:

“a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica.” (CFESS, Res. 533/2008, p.2).



À luz dessas determinações normativas e pedagógicas, o estágio supervisionado deve ser compreendido como espaço privilegiado de materialização do projeto ético-político do Serviço Social, construído coletivamente pela categoria profissional a partir do processo de renovação crítica da profissão e consubstanciado no Código de Ética de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão, em outros termos, Lei nº 8.662/1993. O projeto exposto orienta-se pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela ampliação e consolidação da cidadania, pela universalização do acesso às políticas sociais e pelo compromisso com o empoderamento e emancipação dos sujeitos, especialmente aqueles inseridos nas múltiplas expressões da questão social. Nesse sentido, a supervisão de estágio ultrapassa a dimensão técnico-operativa, constituindo-se como espaço formativo de reflexão crítica acerca das determinações sócio-históricas que atravessam a realidade institucional, possibilitando ao/à discente apreender as mediações entre teoria e prática.

É possível compreender o processo de supervisão de estágio como um espaço criativo e dinâmico, capaz de fomentar a produção de novos conhecimentos e a atualização permanente tanto do/a discente quanto do/a profissional supervisor/a. Trata-se de uma experiência formativa que ultrapassa a dimensão ocupacional, constituindo-se como campo privilegiado de reflexão e construção coletiva de saberes. Nesse aspecto, a *PNE - Política Nacional de Estágio* elaborada pela ABEPSS, traz como sua responsabilidade, no âmbito da formação profissional:

“garantir que a experiência do estágio supervisionado curricular obrigatório seja apropriada pelos estudantes para a melhoria de suas habilidades, capacidades e conhecimentos, nos níveis teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, e não aproveitada como mecanismo de contratação precária de força de trabalho semi-especializada, menos ainda como substituto à ausência de uma política universitária de assistência estudantil.” (PNE/ABEPSS, 2009, p.28).

Nessa direção, a vivência do estágio supervisionado também se constitui como viés privilegiado de apreensão e qualificação dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social, compreendidos para além de um conjunto de técnicas, mas como mediações que materializam o trabalho profissional. Conforme analisa Guerra (2011), os instrumentais devem ser apreendidos na sua dimensão técnico-operativa articulada ao projeto ético-político, evitando-se uma compreensão tecnicista e descolada das determinações estruturais da realidade comunitária. Do mesmo modo, os instrumentos e técnicas expressam a própria natureza do trabalho do Assistente Social, sendo indissociáveis da análise crítica da questão social e das respostas construídas no interior das políticas públicas (Iamamoto, 2009, p.63). Assim, instrumentos como entrevista, estudo social, visita domiciliar, observação, elaboração de relatórios e pareceres sociais, encaminhamentos e demais projetos configuram-se enquanto estratégias para que o/a discente desenvolva a capacidade investigativas e interventivas, bem como analíticas.

2.3. Concepções acerca do entendimento das violências moral e psicológica

O ECA, Lei nº 8.069, foi promulgado em 13 de julho de 1990, e pode ser considerado uma legislação relativamente recente, ainda em processo de consolidação ao longo das gerações



contemporâneas. Segundo Silveira (2000), a definição de infância em específico, está vinculada à ótica adulta, sendo moldada pelos valores e expectativas da sociedade. Dessa forma, a experiência da infância não é fixa, mas sofre alterações de acordo com os paradigmas e transformações do cenário em que se insere. A mesma autora (2000) reforça que:

“a importância da criança dentro de uma comunidade, enfatiza que esta varia conforme o período em que ela está inserida, seus direitos e interferências. Assim, cada período imprime na infância uma significação mais ou menos vinculada às condições sociais e não apenas a sua condição de ser vivente e biológico. Num enfoque da atualidade, a autora coloca que através dos meios de comunicação e de sua narrativa, as crianças e os adultos “aprendem” o que é ser criança e o que devem consumir para isto. Desta forma, tem-se a influência de um artefato social na construção da significação da infância.” (Castro, 2010).

Partindo do pressuposto que coage crianças a viver sob a ótica adulta, as violências moral e psicológica encontram-se enraizadas em contextos culturais que naturalizam relações autoritárias, deslegitimando o sofrimento emocional infantil. No panorama brasileiro, está interligada com a colonização, onde as crianças eram tratadas como “não crianças, mas adultos em corpos infantis” (Aries, 1988, p. 49). Em especial, as crianças indígenas e africanas eram marcadas pelo caráter disciplinador, descrito como “futuros súditos dóceis do Estado português” (Rizzini e Pilotti, 2011, p. 17), isto é, vítimas passivas de constantes expressões de violência. Na atualidade, as crianças são descendentes desse mesmo processo histórico, uma vez que, são marcadas pela miscigenação e métodos educativos que prezam somente pela sua adequação à sociedade já estabelecida.

A partir da década de 1970, há o reconhecimento da “síndrome da criança espancada”, que despertou o interesse científico para meios visíveis de violência, deixando em segundo plano os abusos invisíveis, cujos efeitos, muitas vezes mais profundos, permanecem negligenciados pela dificuldade de identificação e pela ausência de marcas físicas. Já na década de 1980, pesquisas mais atentas à subjetividade infantil reconheceram que as violências moral e psicológica comprometem o desenvolvimento integral da criança, sendo classificadas como graves (Minayo, 2006, p. 58).

De acordo com Abranches e Assis (2011), as violações psicológicas podem se expressar por meio de atitudes como humilhações verbais, desvalorização constante, ameaças veladas, negligência afetiva e manipulação emocional. Já Garbarino, *et al* (1992) identifica cinco comportamentos transgressores, descritos através dos verbos: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar e corromper, que são formas que comprometem a sociabilidade da criança. Os mesmos estudos ainda apontam que esses abusos podem causar dificuldades de aprendizagem, relacionamentos interpessoais frágeis, humor depressivo e sintomas psicossomáticos.

A violência moral, muitas vezes simbólica, traduz-se em práticas de desumanização e imposição de poder que anulam a fala e a identidade da criança. Chauí (1985) define a violência como “a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Essa se caracteriza pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.” (Chauí, 1985, p. 35). Bourdieu (2002), por sua vez, analisa violências simbólicas como uma forma invisível de dominação por meio da imposição de normas e crenças do grupo dominante sobre o subordinado.



Ainda sobre a conceituação de violência simbólica, Kirscher (1992) reflete em sua concepção sócio-filosófica:

“pode-se considerar que o homem só é violento porque é capaz de interpretar e compreender, porque é capaz de estabelecer uma relação com outro homem como homem (num universo do sentido, numa relação de reconhecimento e interpretação pela qual é objeto e simples natureza), e ele pode se tornar violento ou não violento apenas no universo do sentido que é o humano. Por isso, pode-se afirmar que a violência é constitutiva e originária do mundo humano.” (Kirscher, 1992, *apud* Modena, 2016, p. 30).

Inserida na perspectiva de Chauí (2003), pode-se compreender que a violência contra a criança não se restringe a atos visíveis ou fisicamente agressivos, mas inclui toda forma de negação da sua condição de sujeito. Ao ignorar suas necessidades e deslegitimar suas emoções, reforça-se uma tipificação de violência simbólica que opera silenciosamente, moldando percepções e comportamentos de modo a naturalizar a submissão infantil.

2.4. Relato de experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no Núcleo Promocional Pequeno Anjo ao longo do ano de 2025

No mês de março de 2025, a autora foi aprovada em processo seletivo do Núcleo Promocional Pequeno Anjo para estagiários/as, composto por análise de *Currículo Lattes* e entrevista individual, etapas que possibilitaram a avaliação de sua trajetória acadêmica e afinidade com as demandas institucionais. Após a aprovação, iniciou suas atividades de estágio supervisionado, as quais se estenderam até o mês de dezembro do referido ano. Durante esse período, no turno da manhã, acompanhou sistematicamente a Assistente Social responsável pela instituição, que também exercia a função de supervisora de campo, participando das atividades cotidianas, atendimentos, estudos de caso, elaboração de registros técnicos e demais atribuições ocupacionais. Ao longo do período, houveram a estruturação documental conjunta com a supervisora acadêmica, a qual é parte do Departamento de Bacharelado em Serviço Social da *UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa*.

Inicialmente, procedeu-se à formalização do estágio por meio da elaboração e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, bem como da construção do Plano de Estágio, documento que delimitava as atribuições da estagiária, os objetivos formativos e as atividades a serem desenvolvidas, assegurando, ainda, sua proteção integral mediante cobertura de seguro garantido pela universidade. Na sequência, realizou-se a caracterização do campo de estágio, contemplando a análise dos objetivos institucionais, das estratégias de atuação, do perfil da população atendida, da equipe técnica e de demais elementos constitutivos da organização, de modo a possibilitar uma compreensão da realidade sócio-institucional. Por fim, após o período de observação sistemática e inserção nas demandas cotidianas, elaborou-se o projeto de intervenção, construído a partir da identificação das necessidades institucionais e fundamentado nos referenciais do Serviço Social.

É interessante ressaltar que o Núcleo Promocional Pequeno Anjo realiza o acolhimento institucional de crianças e adolescentes de zero a doze anos, com prioridade para grupos de irmãos, com ênfase no período da infância, onde foi possível identificar comportamentos que



configuram expressões de violência, tanto moral, quanto psicológica. Entre eles, destacam-se situações em que pais e/ou responsáveis durante as visitas utilizam falas como *“logo você vai embora!”* ou *“amanhã venho te buscar!”*, que, ao não se concretizarem, geram inquietação e sofrimento. Nessas circunstâncias, torna-se necessária a intervenção da equipe responsável pelos cuidados, pautada em discursos de acolhimento e valorização, com o uso de expressões positivas, como elogios e reforços afetivos, a fim de mitigar o impacto emocional.

Notou-se, ainda que, na maioria dos casos, tais expressões têm origem na desinformação, já que as violências moral e psicológica compõem um tema relativamente recente no debate público, e as práticas de prevenção e enfrentamento ainda são pouco difundidas. Soma-se a isso um contexto histórico de raízes profundas e complexas, cuja análise é dificultada pelo fato de que essas formas de violência não se manifestarem de maneira visível no corpo. Assim, muitas crianças e adolescentes encaminhados ao acolhimento institucional apresentam histórico de negligência, violência física e/ou violência sexual, entre outras, às quais as violências moral e psicológica são repetidamente agregadas, intensificando os danos já existentes.

Diante do fato de que as violências moral e psicológica se configuram, em grande parte, no âmbito intrafamiliar, tornou-se imperativo que os profissionais da instituição estivessem não apenas tecnicamente preparados, mas também sensibilizados para a densidade dessas dinâmicas. Tal preparo exige uma formação continuada que ultrapasse o domínio de protocolos operacionais, incorporando referenciais éticos e capazes de subsidiar uma escuta qualificada e uma intervenção humanizada.

É necessário compreender que discursos preconceituosos e/ou culpabilizadores não apenas reforçam estigmas, mas também atuam como formas sutis de revitimização, reproduzindo, no espaço institucional, padrões de opressão já vivenciados pela criança ou adolescente. Nesse viés, a atenção aos gatilhos emocionais, muitas vezes deflagrados por interações cotidianas ou pela reencenação simbólica de situações traumáticas, é elemento central para a construção de um ambiente que não apenas se declare seguro, mas que promova o fortalecimento subjetivo de cada criança e adolescente.

Sendo assim, observou-se a coexistência e a inter-relação de três esferas distintas, porém complementares. A primeira refere-se à criança ou adolescente acolhido, que está sob *MPU - Medida Protetiva de Urgência* no tocante à familiares e/ou responsáveis; a segunda compreende o conjunto institucional responsável pelo cuidado dos infantes, formado por auxiliares de cuidadoras, cuidadoras, também chamadas de “mães sociais”, educadoras sociais e equipe técnica multiprofissional, que atua de forma subsequente à família de origem, e; a terceira diz respeito justamente a essa família de origem.

A partir dessas constatações, foi elaborado o projeto de intervenção intitulado *“Para Além de Simples Palavras: Ações de Enfrentamento às Expressões de Violência Moral e Psicológica na Infância”*, concebido como tática de abordagem sensível da temática da violência, especialmente em suas manifestações moral e psicológica, no contexto institucional. A proposta buscou não apenas problematizar tais expressões de forma acessível e cuidadosa, mas também contribuir efetivamente com as demandas identificadas no campo de estágio. Para tanto, o projeto foi



estruturado a partir de três públicos-alvo previamente categorizados, possibilitando intervenções específicas e adequadas às particularidades de cada segmento.

No dia 29 de outubro de 2025, foi realizada a atividade formativa intitulada “*Construindo uma Rotina de Cuidados Contra às Expressões de Violência Moral e Psicológica na Infância*”, direcionada à equipe interna multiprofissional da instituição. A formação foi ministrada por uma advogada especializada advinda do NEVIN - *Núcleo de Estudos da Violência Intrafamiliar*, em parceria com a UEPG, uma vez que, é um programa permanente de extensão universitária. Dentre a proposta, caracterizava-se enquanto uma capacitação, com contribuições fundamentadas na legislação vigente e nas normativas que asseguram a proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente à luz do ECA.

Participaram do encontro sete profissionais da instituição e cinco extensionistas, sendo três acadêmicas do curso de Direito e duas acadêmicas de Serviço Social, cuja presença possibilitou a construção de um espaço interdisciplinar de diálogo. Entretanto, desde o processo de convocação, evidenciou-se certa resistência por parte da equipe institucional. A presença da universidade pública em espaços vinculados a OSCs - *Organizações da Sociedade Civil*, como o Núcleo Promocional Pequeno Anjo, ainda se apresentou, em determinados contextos, como elemento externo e pouco familiar, o que gerou desconfiança inicial. Tal resistência manteve-se perceptível, manifestando-se na dificuldade de participação nas discussões e no preenchimento do instrumento avaliativo, sobretudo por estar associado à universidade.

Durante a formação, emergiu de maneira significativa a indagação de “*quem cuida de quem cuida!?*”. A questão suscitou reflexões sobre o desgaste emocional vivenciado por alguns profissionais, perceptível em falas e expressões que denotavam cansaço e sobrecarga. Considerando que a atuação em serviços de acolhimento institucional envolve o manejo cotidiano de situações graves, marcadas pelo histórico de violências múltiplas, torna-se imprescindível pensar estratégias de cuidado também direcionadas à equipe. O esgotamento emocional, quando não reconhecido e trabalhado, pode repercutir nas práticas institucionais e, ainda que de forma não intencional, influenciar as relações estabelecidas com as crianças e adolescentes acolhidos.

Em continuidade às ações desenvolvidas no âmbito do enfrentamento às violências moral e psicológica, no dia 06 de novembro de 2025 houve a realização de uma contação de histórias, intitulada “*Pequenas Sementes, Grandes Sonhos*”, conduzida por uma pedagoga parceira e participantes da UATI - *Universidade Aberta para a Terceira Idade*, outro programa de extensão permanente da UEPG. A iniciativa integrou o calendário de atividades lúdico-formativas da instituição, configurando-se como estratégia pedagógica e afetiva voltada à promoção de vínculos e ao fortalecimento individual dos acolhidos.

A atividade foi marcada por uma significativa perspectiva intergeracional, reunindo quinze crianças e cinco idosos com idades que variavam entre oitenta e noventa anos. O encontro possibilitou um intercâmbio entre diferentes trajetórias de vivência, promovendo o reconhecimento do envelhecimento como dimensão constitutiva da experiência humana. As crianças interagiram de maneira espontânea, demonstrando curiosidade e abertura para a proposta.



A contação de histórias revelou-se um potente instrumento de mediação socioeducativa, estimulando a imaginação e a criatividade. As narrativas apresentadas funcionaram como dispositivos simbólicos capazes de favorecer a elaboração de sentimentos, a auto identificação com personagens e a construção de sentidos sobre seus próprios desafios. Observou-se que a atividade não apenas envolveu as crianças, mas também mobilizou emocionalmente os adultos presentes, evidenciando que o lúdico constitui linguagem transversal às diferentes fases da vida. A adesão à proposta foi expressiva, refletida no entusiasmo das crianças e na avaliação amplamente positiva por parte da equipe institucional.

Como culminância das ações desenvolvidas ao longo do projeto de intervenção, destaca-se a disponibilização contínua do folder informativo *“Suas Palavras Também Me Protegem!”* durante todo o mês de novembro de 2025, no Núcleo Promocional Pequeno Anjo. Apresentado às famílias e visitantes no momento das visitas institucionais, o material integrou a estratégia pedagógica de enfrentamento às expressões das violências moral e psicológica na infância, especialmente aquelas que se manifestam de forma sutil no cotidiano e, por isso, tendem a ser naturalizadas.

A elaboração do folder partiu da compreensão de que a comunicação acessível constitui elemento fundamental na mediação entre conhecimento técnico e realidade social. Assim, optou-se por uma linguagem clara, direta e livre de excessivos termos jurídicos ou acadêmicos, possibilitando que diferentes públicos pudessem se reconhecer nas situações descritas. Ao priorizar exemplos cotidianos e perguntas reflexivas, o material buscou provocar identificação e autorreflexão, sem recorrer a uma abordagem moralizante ou punitiva.

Todavia, mesmo com essa preocupação metodológica, observou-se resistência significativa por parte de algumas famílias ao abordar o tema. Na maioria dos casos, as violências moral e psicológica ainda são compreendidas como algo secundário, “menos grave” ou até inexistente, sobretudo quando comparadas às violências física ou sexual. Essa percepção evidencia o processo histórico de naturalização dessas práticas, que, por não deixarem marcas visíveis no corpo, permanecem invisibilizadas no debate público e nas relações familiares.

Diante disso, o folder foi construído sob uma perspectiva não culpabilizadora, reconhecendo que as práticas educativas e os modos de comunicação familiar são atravessados por contextos socioeconômicos, marcados por desigualdades estruturais. Ao invés de individualizar a responsabilidade, a proposta foi fomentar a corresponsabilidade, compreendendo que a transformação das relações demanda informação e suporte, por parte central da equipe multidisciplinar interna.

A permanência do folder como material fixo da instituição evidencia que a ação desenvolvida ultrapassou o caráter de atividade pontual, configurando-se como a consolidação de uma prática socioeducativa contínua, mantida mesmo após o encerramento da experiência de estágio. Dessa forma, considerando o cumprimento integral dos objetivos estabelecidos nos documentos citados, bem como o comprometimento ético e técnico demonstrado ao longo do processo formativo, a estagiária foi avaliada pela banca de Estágio Supervisionado em Serviço



Social e aprovada, refletindo o êxito das atividades desenvolvidas e a qualidade da intervenção realizada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFLEXÕES

A análise desenvolvida ao longo desse estudo evidencia que as violências moral e psicológica tendem a permanecer diluídas nas rotinas institucionais e familiares, sendo frequentemente minimizadas ou interpretadas como práticas educativas e corretivas legítimas. Ao problematizá-las no contexto do acolhimento institucional, foi possível explicitar como determinados discursos desqualificadores produzem impactos concretos na identidade das crianças e adolescentes, especialmente aqueles já atravessados por múltiplas violações. Nesse sentido, discutir essas formas de violência não constitui exercício abstrato, mas ação necessária para assegurar condições reais de desenvolvimento, tendo em vista o fortalecimento do protagonismo infantojuvenil. Reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos implica, portanto, enfrentar as dimensões simbólicas da violência que comprometem sua autonomia e capacidade de projetar futuros possíveis.

A experiência de estágio demonstrou, ainda, que a presença da universidade pública no campo institucional não se limita ao cumprimento de exigência curricular, mas pode operar como elemento provocador de reflexão e qualificação das práticas. As ações articuladas com os programas de extensão evidenciaram o potencial transformador do diálogo entre produção acadêmica e cotidiano ocupacional, mesmo diante aos desafios e resistências iniciais.

Por fim, destaca-se que o/a Assistente Social ocupa posição estratégica no enfrentamento dessas expressões de violência, especialmente em serviços de acolhimento. A intervenção profissional sistematizada, expressa na análise analítica das situações vivenciadas pelas crianças e adolescentes, na mediação com as famílias e na proposição de ações socioeducativas, mostrou-se fundamental para reconhecer, nomear e tornar visíveis práticas anteriormente naturalizadas. Ao atuar de forma articulada às normativas de proteção, o/a Assistente Social não apenas responde às demandas institucionais imediatas, mas contribui para a construção de respostas que enfrentam as raízes simbólicas da violência, fortalecendo a defesa indispensável dos direitos de crianças e adolescentes.

4. REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **PNE - Política Nacional de Estágio da ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2009.

ABRANCHES, Carlos D.; ASSIS, Sérgio G. de. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27,



n. 5, p. 843-854, maio 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/NK6yYNGyW5QxfWKYcNcV7pq/>. Acesso em: 01 mar. 2026.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CASTRO, Michele. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. **Anais do 16º Seminário do Colégio de Leitores (COLE)**, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2007. Disponível em:
http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

GARBARINO, James et al. **The psychologically battered child: strategies for identification, assessment and intervention**. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KIRSCHER, Gilbert. Violência e condição humana. In: MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Educs, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.